



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
PRIMEIRA CÂMARA**

Processo nº : 10580.005810/91-70  
Recurso nº : 86.980  
Matéria : FINSOCIAL/FATURAMENTO – EX: DE 1987  
Recorrente : ÁGUA SANTA - EMPREENDIMENTOS, COMÉRCIO E  
REPRESENTAÇÕES LTDA.  
Recorrida : DRJ em Salvador – BA.  
Sessão de : 17 de agosto de 2000  
Acórdão nº : 101-93.157

**ERRO MATERIAL OCORRIDO NA CONCLUSÃO DÃO  
ACÓRDÃO** – Uma vez reconhecido erro material na conclusão  
do Acórdão, outra decisão há de ser proferida na boa e devida  
forma, enfrentando a omissão apontada pela Delegacia de  
Origem, em julgamento de recurso que versa sobre tributação  
reflexa.

Embargos acolhidos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso  
interposto por ÁGUA SANTA EMPREENDIMENTOS, COMÉRCIO E  
REPRESENTAÇÕES LTDA.

**ACORDAM** os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho  
de Contribuintes, por unanimidade de votos, ACOLHER os embargos declaratórios  
para re-ratificar o Acórdão nr. 101-91.335, de 22.08.97, para cancelar o agravamento  
da multa aplicada por falta de esclarecimentos, nos termos do relatório e voto que  
passam a integrar o presente julgado.

EDISON PEREIRA RODRIGUES  
PRESIDENTE

FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA  
RELATOR

Processo nº : 10580.005810/91-70  
Acórdão nº : 101-93.157

2

FORMALIZADO EM: 18 SET 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JEZER DE OLIVEIRA CÂNDIDO, KAZUKI SHIOBARA, SANDRA MARIA FARONI, RAUL PIMENTEL, CELSO ALVES FEITOSA e SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL.



Processo nº : 10580.005810/91-70  
Acórdão nº : 101-93.157

3

Recurso nº : 86.980  
Recorrente : ÁGUA SANTA EMPREENDIMENTOS, COMÉRCIO E  
REPRESENTAÇÕES LTDA.

## R E L A T Ó R I O

A Delegacia da Receita Federal em Salvador – BA., interpôs os embargos declaratórios de fls. 147, apontando erro material na conclusão do Acórdão nr. 101-91.335, de 22.08.97, que julgou o recurso supra-referenciado, onde a autuada se rebela contra a exigência do recolhimento do FINSOCIAL/FATURAMENTO do exercício de 1987.

Trata-se de tributação reflexa, decorrente de irregularidades apuradas no processo principal instaurado contra a pessoa jurídica.

O erro material consistiu em que no processo principal relativo ao IRPJ, a Câmara decidiu, pelo Acórdão nr. 101-91.247, cancelar o agravamento da multa, aplicada por falta de esclarecimentos, enquanto neste processo decorrente, o Acórdão silenciou-se sobre esse agravamento, embora reconhecendo que a decisão proferida no julgamento do recurso interposto no processo matriz, se estende aos decorrentes, por presente a íntima relação de causa e efeito.

É o relatório.



## V O T O

Conselheiro: FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA - Relator

O erro material apontado no recurso interposto pela Delegacia da Receita Federal em Salvador, realmente existe.

Por versar a exigência fiscal sobre contribuição para o FINSOCIAL/FATURAMENTO (tributação reflexa), e de haver o Colegiado no julgamento do Recurso interposto no processo principal decidido pelo cancelamento do agravamento da multa, aplicada por falta de esclarecimentos, também nesse processo decorrente, ao ser julgado o recurso do contribuinte, deveria, por igual, ser cancelada a multa aplicada por falta de esclarecimentos, dado o nexo causal existente entre ambos os processos, e de haver reconhecido a Câmara, que se estendia ao presente feito, o que fora decidido no feito principal relativo ao IRPJ.

Por essa razão voto no sentido de acolher os embargos para cancelar o agravamento da multa aplicada, no presente feito decorrente, reconhecendo a existência de erro material no Acórdão nr. 101-91.335, de 22.08.97, que silenciou-se sobre essa questão, embora tenha aplicada o princípio da decorrência.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 17 de agosto de 2000

Francisco de Assis Miranda